

## A utilidade do inútil: reflexões sobre o papel da apropriação da arte no desenvolvimento humano

Aline Cassol Daga Cavalheiro<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-4908-2345>

Rosângela Pedralli<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-0698-7032>

### Introdução

*Ouçá Virgínia, é preciso amar o inútil. Criar pombos sem pensar em comê-los. Plantar roseiras sem pensar em colher rosas, escrever sem pensar em publicar, fazer as coisas assim sem esperar nada em troca. A distância mais curta entre dois pontos pode ser a linha reta, mas é nos caminhos curvos que se encontram as melhores coisas (Telles, 2009, p. 135).*

Esse trecho da obra *Ciranda de Pedra*, de Lygia Fagundes Telles, é um convite para refletir sobre a utilidade do inútil. A afirmativa de que existem atividades que não servem para nada soa como um impropério em uma sociedade na qual tudo tem que servir para alguma coisa. Ainda mais absurda é a ideia de que é indispensável que esse tipo de atividade exista. No livro *A utilidade do inútil: um manifesto*, o filósofo italiano Nuccio Ordine (2016, p. 19) defende que “precisamos do inútil como precisamos das funções vitais essenciais para viver”. Segundo ele,

[...] no universo do utilitarismo, um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca mais que um poema, uma chave de fenda mais que um quadro: porque é fácil compreender a eficácia de um utensílio, enquanto é sempre mais difícil compreender para que podem servir a música, a literatura ou a arte. (Ordine, 2016, p. 12)

O utilitarismo e o pragmatismo que reinam absolutos na lógica neoliberal, demandados pelas leis mercadológicas do sistema do capital, levam a um esvaziamento e promovem o esquecimento da vida, confirmando a alienação. Para o *homo oeconomicus*, guiado pelo acúmulo de capital, “[...] o dinheiro é o representante universal da riqueza material e não material e, por

<sup>1</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó/SC: [aline.daga@uffs.edu.br](mailto:aline.daga@uffs.edu.br).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC: [rosangelapedralli@hotmail.com](mailto:rosangelapedralli@hotmail.com).

essa razão, é a mediação universal nas relações entre os indivíduos” (Duarte, 2009, p. 463). Sob a égide do capitalismo, as atividades desenvolvidas assumem características específicas decorrentes da alienação, as quais estão submetidas às necessidades externas, em benefício da produção privada e em detrimento dos indivíduos e de seu pleno desenvolvimento (Martins, 2015).

No âmbito educacional, esse modo de sociabilidade instaura processos formativos centrados no saber fazer, cujo objetivo principal é o desenvolvimento de competências e habilidades e a formação de um indivíduo com capacidade adaptativa, em detrimento de uma formação que almeje o desenvolvimento da consciência em direção ao limite máximo de suas possibilidades (Saviani, 2023). A lógica do ensino perde espaço para a lógica do treinamento e, assim, a educação mostra-se a serviço da alienação.

O conhecimento, instrumento particular dos processos educacionais, pode ser mobilizado em prol da humanização ou em negação a esse processo. Nesse sentido, a natureza do conhecimento que é dado à apropriação é algo relevante, que pode alterar o caminho do desenvolvimento humano; isso porque a apropriação, pelo homem, do que foi produzido historicamente pelo gênero humano, da cultura humana, faz com que a ontogênese não repita a filogênese (Duarte, 2013).

Considerando que “a obra de arte reelabora os conteúdos extraídos da vida, dando-lhes uma configuração que supera o imediatismo e o pragmatismo da cotidianidade” (Duarte, 2009, p. 466), nosso objetivo, neste trabalho, é refletir sobre o papel da apropriação da arte, do *inútil*, no desenvolvimento humano. Para isso, tomamos como fundamento a concepção marxista de ser humano, para a qual o desenvolvimento do gênero humano, como processo histórico-social, é resultado da dialética entre objetivação e apropriação. Nesse sentido, uma vez que as características do gênero humano não são transmitidas biologicamente aos indivíduos, mas precisam ser apropriadas para que o seu desenvolvimento histórico ocorra, é relevante contemplar uma reflexão sobre o que deve ser objeto de apropriação, quando se trata do papel do inútil na formação humana.

Na esteira disso, este trabalho é estruturado em mais duas seções, além desta introdução e das considerações finais, nas quais, pela revisão de literatura, problematizamos e refletimos sobre tal questão sob o direcionamento teórico-epistemológico e metodológico do materialismo histórico e dialético. Na seção que segue, dando início a isso, destacamos discussões acerca da (in)utilidade da arte.

## A (in)utilidade da arte

*A maioria das pessoas não olha muito. Olhar dá trabalho. Estamos sempre vendo, mais. Isso me empolga. Há beleza em tudo [...]. Mas é preciso olhar de verdade (Hockney apud Gompertz, 2023, p. 17).*

Se ao andar pelo centro de uma cidade, você se deparasse com pequenas esculturas de homens e mulheres, de 20 centímetros de altura, fundidas em gelo, derretendo, o que você diria? Você consideraria essa ação pública *Monumento Mínimo*, da artista plástica brasileira Néle Azevedo, arte inútil? Qual é o papel, para a formação humana, de uma intervenção artística que propõe uma leitura crítica dos monumentos nas cidades contemporâneas e que, além disso, faz remissão à problemática do aquecimento global? O que provoca experiências sensíveis, que problematiza ou até mesmo incomoda, não precisa ser vivenciado? Será que basta ao ser humano vivenciar o que é do âmbito do agradável, do gostoso e o que tem uma utilidade prática e objetiva na vida cotidiana? Afinal, mais vale a inutilidade do *útil* ou a utilidade do *inútil*?

Segundo Ordine (2016, p. 19, grifos do autor),

[...] é preciso compreender que exatamente aquelas atividades que não servem para nada podem nos ajudar a escapar da prisão, a salvar-nos da asfixia, a transformar uma vida superficial, uma não vida, numa vida fluida e dinâmica, numa vida orientada pela *curiositas* em relação ao espírito e às coisas *humanas*.

Para defender a utilidade do inútil, o autor passa por pensamentos de filósofos, poetas e escritores, a exemplo de Aristóteles, Ovídio, Heidegger, Eugène Ionesco, Ítalo Calvino etc., além de citar obras e personagens da literatura, como Dom Quixote, a quem nomeia de *o herói da inutilidade*. Com isso, problematiza as tentações do utilitarismo e do egoísmo, a desertificação crescente que sufoca o espírito, que torna as pessoas menos humanas, e destaca que a arte não tem nada a ver com objetivos vis ligados ao acúmulo monetário.

A arte, escreve Vigotski (1999, p. 328-329), “[...] a mais importante concentração de todos os processos biológicos e sociais do indivíduo na sociedade [...]”, constitui-se em poderoso meio de humanização porque sintetiza o aspecto sensível da cultura humana. Assim, ela deve ser compreendida também como uma forma de satisfazer uma necessidade humana. No entanto, a natureza dessa necessidade é de outra ordem, não se trata de uma necessidade elementar,

básica, ligada ao físico, ao biológico ou às condições primárias da vida social, mas da necessidade de o ser humano se relacionar conscientemente consigo mesmo, com sua subjetividade.

A reflexão que estamos propondo relaciona-se, portanto, à função humanizadora que é intrínseca à arte. Em nossa compreensão, não estamos nos submetendo ao utilitarismo quando propomos um debate sobre a utilidade do *inútil*, mas reforçando a essência de uma das formas mais elevadas de consciência. Ao trabalhar com representações da realidade e não com o reflexo fiel dessa realidade, isto é, com o reflexo estético, a arte proporciona um contato diferente com o real, e o faz de maneira intensificada. Para Duarte (2021, p. 77), a obra de arte constitui-se “[...] ao mesmo tempo um reflexo da vida e uma crítica à vida, um reflexo da individualidade e um questionamento da sua autenticidade”. Poderíamos afirmar, portanto, que a arte faz com que não nos acostumemos com o caráter ordinário da vida, com a rotina que nos suga, com o que nos aliena. Como escreveu a poetisa e cronista Marina Colasanti (1996, p. 9):

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.

A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude [...].

Nesse sentido, a arte é um convite para o desacostume. O que acontece é que as atividades conformadoras e objetivadoras da força de trabalho distanciam os sujeitos das atividades fundamentais e objetivas de humanização, provocando uma cisão na construção da subjetividade humana, a qual “[...] impossibilita ao indivíduo viver a unidade entre as experiências subjetivas e objetivas, obliterando o desenvolvimento máximo de sua genericidade consciente [...]” (Martins, 2015, p. 116).

Para Martins (2015, p. 122), o problema da consciência do indivíduo sobre a alienação será maior ou menor, “[...] dependendo do quanto o indivíduo possa compreender a sua existência para além da particularidade, ou seja, possa superar sua condição particular em direção à condição humano-genérica”. Em nossa compreensão, as *objetivações genéricas para si*, como a arte, contribuem para a formação dessa consciência, pois permitem que o sujeito

ascenda às formas mais desenvolvidas da cultura, cuja apropriação viabiliza o processo de humanização e o desenvolvimento da autoconsciência do gênero humano.

Nessa discussão sobre a (in)utilidade da arte, cabe dar atenção ao preceito lukacsiano acerca da dialética singular-particular-universal. Trata-se de compreender como a singularidade se constrói na universalidade e como a universalidade se concretiza na singularidade, tendo a particularidade como mediação. Segundo Pasqualini e Martins (2015, p. 366), “[...] singular e universal coexistem como dimensões instituintes do indivíduo e estas dimensões sintetizam-se em suas expressões particulares”.

Situando essa relação dialética singular-particular-universal no campo da arte, Lukács (1978) destaca a importância da particularidade como uma categoria central da obra de arte, uma vez que, para o autor, a arte fixa esteticamente determinado momento histórico, possibilitando uma forma de conhecimento sobre um contexto histórico-social específico. Ao trabalhar no âmbito do particular na criação artística, possibilita-se o reconhecimento, na personagem, no fenômeno ou no produto singular, de traços compartilhados por outros indivíduos ou fenômenos, isto é, daquilo que é do âmbito do gênero humano. Nesse sentido, se a universalidade, e não a particularidade, fosse o centro da obra de arte, ela seria alegórica, o que não contribuiria para o desenvolvimento do indivíduo como ser genérico.

O potencial formativo da arte relaciona-se também à catarse, uma vez que, segundo Duarte (2019, p. 3), “[...] o processo catártico é um salto qualitativo na ampliação e no enriquecimento das relações entre a subjetividade individual e a objetividade sociocultural”, o que significa que o que está em jogo na catarse não é a sua intensidade emocional, mas a qualidade da alteração que provoca entre esses dois polos de relações. O fato é que a arte suscita “[...] emoções extraordinariamente fortes, emoções essas que ao mesmo tempo não se manifestam em nada” (Vigotski, 1999, p. 266).

Voltando à questão da consciência, acreditamos que a arte incida sobre o reflexo psíquico construído a partir da realidade concreta: “[...] nós não perceberíamos o mundo objetal se não o pensássemos” (Leontiev, 2021, p. 160); isso porque as imagens subjetivas da realidade objetiva são engendradas por operações internas do pensamento. Para Vigotski (1999, p. 314), “[...] a arte não é regida pela lei do menor esforço, ao contrário, consiste num dispêndio tempestuoso e explosivo de forças, num dispêndio de psique, numa descarga de energia”, e nesse sentido, relaciona-se ao pensamento complexo, abstrato, a funções psicológicas superiores. A catarse,

desencadeada pela arte, “[...] marca o início de novos desenvolvimentos que ocorrerão numa condição distinta da anterior. Aquilo que o indivíduo incorporou à sua ‘segunda natureza’ põe em movimento novos processos objetivos e subjetivos” (Duarte, 2019, p. 20).

### **O papel da apropriação do inútil no desenvolvimento humano: consciência de classe e subjetividade na produção da humanidade**

*A força do pensamento haverá de criar coisas incríveis, científicas, intuitivas, maravilhosas, profundas, necessárias, movedoras, salvadoras, deslumbrantes ou amigas. Pensar é como fazer. Quem só faz e não pensa só faz uma parte. Para a beleza é imperioso acreditar. Quem não acredita não está preparado para ser melhor do que já é. Até para ver a realidade é importante acreditar. [...] Para mudar o mundo, sei bem, é preciso sonhar acordado. Apenas os que desistiram guardam o sonho para o tempo de dormir (Mãe, 2019, p. 31).*

As características fundamentais do gênero humano não são determinadas pela genética e nem transmitidas geneticamente. O desenvolvimento do gênero humano, em contraposição à espécie humana, relaciona-se à organização social, não mais à capacidade adaptativa do organismo em relação ao meio, e resulta do movimento dialético entre objetivação e apropriação. É a partir dessa premissa que Leontiev (2004, p. 340) afirma que o aspecto diametralmente distintivo entre desenvolvimento humano e desenvolvimento animal reside no “[...] processo de apropriação da experiência acumulada pela humanidade ao longo da sua história social”. E continua: “[...] a noção de adaptação não traduz o que há de essencial no desenvolvimento psíquico da criança. A criança não se adapta ao mundo dos objetos e fenômenos humanos que a rodeiam, fá-lo seu, isto é *apropria-se dele*” (Leontiev, 2004, p. 340, grifo do autor). Nesses termos, ainda segundo Leontiev (2004), a apropriação seria um processo de reprodução em si pelo indivíduo de caracteres, faculdades e modos comportamentais tipicamente humanos desenvolvidos historicamente.

Tal processo é motivado ao mesmo tempo em que resulta do fato de que “[...] o ser humano, para satisfazer suas necessidades, cria uma realidade humana, o que significa a transformação tanto da natureza quanto do próprio ser humano” (Duarte, 2013, p. 26). Ao incidir na natureza e ao produzir os meios para satisfação dessas necessidades, produz uma realidade humana, justamente aquela que o circunda e será por ele apropriada. Nesse movimento,

humaniza a si próprio, uma vez que a transformação objetiva resulta em transformação subjetiva (Duarte, 2013).

Nessa direção, é possível afirmar que apropriação é par dialético de objetivação, como afirmado anteriormente, na medida em que:

Ao se apropriar da natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades, o ser humano objetiva-se nessa transformação. Por sua vez, essa atividade humana objetivada nos produtos e fenômenos culturais passa a ser ela também objeto de apropriação, isto é, o ser humano deve se apropriar daquilo que de humano criou (Duarte, 2013, p. 26-27).

Vale ter em mente, aqui, a conceituação de objetivação assumida por Lukács (1967), em conformidade com as elaborações marxistas, na qual define que aquilo que é objetivado trata-se dos resultados da atividade humana incorporados à prática social, tornando-se elementos integrantes da cultura.

Da dinâmica entre apropriação e objetivação, resulta a humanidade de cada novo ser da espécie humana, sendo possível assumir que “[...] cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento da sociedade humana” (Leontiev, 2004, p. 285). Sua subjetividade se formará, então, da dialética permanente entre apropriação e objetivação, por meio da qual poderá tanto desenvolver sua consciência quanto complexificar sua condição subjetiva.

Em tal dialética, portanto, é nítida uma relação também permanente entre os indivíduos e os objetos culturais produzidos pelas gerações anteriores, no seio de uma realidade que, como já afirmamos, é humanizada. Importa compreender, assim, como a relação de cada indivíduo com tais objetos nessa realidade concreta se conforma. Para isso, há que se considerar um aspecto fundamental:

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais (Kosik, 1969, p. 09).

Se assim o fosse, meramente um sujeito cognoscente, a realidade se apresentaria aos seres humanos diretamente, cabendo a eles, na tomada dos objetos, atitudes limitadas à intuição, à análise e à compreensão teórica, oposta e complementar, quando necessária, a do abstrato sujeito cognoscente, que existiria haurido do mundo (Kosik, 1969).

Contrariamente a essa visão esquemática da relação dos indivíduos com os objetos na realidade concreta, a relação em causa é vista como dialética, apresentando-se como o campo em que exercita a sua atividade prático-sensível.

No trato prático-utilitário com as coisas - em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas - o indivíduo “em situação” cria suas próprias representações das coisas, elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade (Kosik, 1969, p. 09-10).

Ainda, na direção de esclarecer a diferença radical entre tomada sintética da realidade concreta e tomada dela como fenômeno, como aparência, como práxis utilitária imediata, pontua Kosik (1969, p. 10):

[...] ‘a existência real’ e as formas fenomênicas da realidade [...] são diferentes e muitas vezes absolutamente contraditórias com a *lei* do fenômeno, com a *estrutura* da coisa e, portanto, com o seu núcleo interno *essencial* e o seu conceito correspondente. [...] a *praxis* utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a *compreensão* das coisas e da realidade. Por esse motivo Marx pôde escrever que aquêles que efetivamente determinam as condições sociais se sentem à vontade, qual peixe n’água, no mundo das formas fenomênicas desligadas da sua conexão interna e absolutamente incompreensíveis em tal isolamento (Kosik, 1969, p. 09-10).

Apreender a realidade para além da dimensão fenomênica significa ter uma relação qualitativamente superior com os objetos materiais e imateriais, entendendo-os como atividades humanas concentradas e integrantes da totalidade da realidade, um reconhecimento consciente, portanto. Para isso, o domínio de objetos imateriais, entendidos como produções humanas na forma de ideias, valores, conceitos, próprias de campos que superam a cotidianidade, é fundamental. Isso porque tal domínio permitirá a apreensão da realidade para além do senso comum e da imediatez cotidiana, superador da pseudoconcreticidade.

Dentre esses campos, nomeadamente da arte, da ciência e da filosofia, convém, dado o enfoque deste trabalho, destacar as produções humanas próprias da arte, entre outros motivos porque congregam materialidade e imaterialidade. Melhor dizendo: uma materialidade que concentra em si uma relação intensa entre forma e função, “[...] uma superação do material da forma artística [...]” (Vigotski, 1999, p. 03), a fim de simbolizar a realidade concreta e questões próprias da condição humana de modo a facultar, pela via da confrontação/enfrentamento crítico delas, formação da consciência e reposicionamento/complexificação da subjetividade. Eis, de certa forma, uma definição sobre a finalidade da arte. A arte, assim entendida, estaria no limite dos limites e em seus ultrapassamentos, o que significa que enfrenta e confronta por essência sem apresentar o modelo.

Contudo, de acordo com a concepção vigotskiana, a arte, em seu enfoque estético, “[...] deve ter fundamento psicossocial, isto é, deve combinar as vivências do ser humano em nível individual com a recepção do produto estético percebido como produto social e cultural” (Bezerra, 1999, p. XII), sendo depreensível disso que “a arte é o social em nós” (Vigotski, 1999, p. 315).

Assim concebida, a arte seria uma forma particular de apreensão da realidade concreta e da humanidade do humano, e subsidiaria uma forma de identificação crítica dessa realidade e da nossa condição de humano. Isso porque “a obra de arte opera, nessa relação entre conteúdo e forma, uma crítica à vida, leva o sujeito, no processo de fruição, a uma intensificação daquilo que em sua própria cotidianidade ele vive de forma muitas vezes fetichista e superficial” (Duarte, 2009, p. 469). Ou, assumindo a metáfora da ocularidade empregada por David Hockney (s/d. *apud* Gompertz, 2023, p. 18) - “Não vemos de verdade coisa alguma até entendê-la” -, a arte teria papel incontestado na direção de permitir-nos ver melhor a realidade, por permitir um adensamento da relação com o real, na medida em que promove, de certa forma, uma inflexão dela, produzindo entendimento. Ou ainda, segundo Leontiev (2004, p. 292), acerca dos objetos artísticos em si, “[...] as obras de arte dão uma outra dimensão aos seus sentimentos”.

### Considerações finais

Ao longo deste ensaio, movidas pelo compromisso com a produção de uma reflexão crítica acerca do papel da apropriação da arte com sua *inutilidade* no desenvolvimento humano,

entendemos alcançarmos, antes de tudo, uma convocação para a humanização, revolucionária, por certo. Isso porque, ao fazê-lo, tomamos como fundamento a concepção marxista de ser humano e, portanto, também de projeto social, o que significa opor-nos frontalmente à visão utilitarista e à ideação formativa que recai sobre a adaptação.

Nesse direcionamento e em convergência com um tal compromisso revolucionário, não perdemos de vista, em nenhum momento, apesar da aposta alta na centralidade da arte e da Educação que subjazem este trabalho, que nem aquela forma de produção humana e nem esta, a Educação, transformam a sociedade sozinhas, mas têm ambas radicalmente forte reconhecimento de sua verve humanizadora. Nesses termos, concordamos com Ordine (2016, p. 27), quando afirma que

[...] é *melhor* continuar a lutar pensando que os clássicos e a formação, que o cultivo do supérfluo e do que não produz lucro, podem nos ajudar, de qualquer modo, a *resistir*, a manter acesa a esperança, a vislumbrar aquele raio de luz que nos permita percorrer um caminho digno.

Neste exercício de escrita, perseguimos, assim, teimosamente, o inútil, pelo puro prazer do estudo, da reflexão, da produção do conhecimento livre e desimpedido, comprometido com as *objetivações genéricas para si* que produzem, nos indivíduos, efeitos distintos daqueles do cotidiano. Nosso objetivo foi o de, problematizando a (in)utilidade da arte, destacar o seu papel na formação humana, uma vez que “a obra de arte é mediadora entre o indivíduo e a vida” (Duarte, 2009, p. 467), e como tal, carrega em si a potência humanizadora, contraposta na raiz à alienação produzida e repercutida a passos largos no/pelo capitalismo.

### Referências

BEZERRA, P. Prefácio à edição brasileira. In: VYGOTSKY, L. S. *Psicologia da Arte*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. XI-XVIII.

COLASANTI, M. *Eu sei, mas não devia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

DUARTE, N. Arte e educação contra o fetichismo generalizado na sociabilidade contemporânea. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 461-479, jul./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2009v27n2p461>.

DUARTE, N. *A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo*. Campinas: Autores Associados, 2013.

DUARTE, N. A catarse na didática da pedagogia histórico-crítica. *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 30, p. 1-23, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0035>.

DUARTE, N. *Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuições à teoria histórico-crítica do currículo*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

GOMPERTZ, W. *Como os artistas veem o mundo*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

LEONTIEV, A. N. *O desenvolvimento do psiquismo*. 2. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

LEONTIEV, A. N. *Atividade, consciência e personalidade*. Tradução de Priscila Marques. Bauru, SP: Mireveja, 2021.

LUKÁCS, G. *Estética: la peculiaridad de lo estético*. v. 3. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1967.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MÃE, V. H. *As mais belas coisas do mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2019.

MARTINS, L. M. *A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2015.

ORDINE, N. *A utilidade do inútil: um manifesto*. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a Psicologia. *Psicologia e Sociedade*, v. 27, n. 2, p. 362-371, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>.

SAVIANI, D. O papel da educação no desenvolvimento da consciência em direção ao limite máximo de suas possibilidades. In: CHRAIM, A. M.; PEDRALLI, R.; DIAS, S. C. *O desenvolvimento da consciência na formação de professores: enfoque no trabalho escolar com língua*. Rio Grande, RS: Editora da FURG, 2023. p. 12-22.

TELLES, L. F. *Ciranda de pedra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VIGOTSKI, L. S. *Psicologia da arte*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Submetido: 05.03.2025.

Aprovado: 06.11.2025.